

Amazônia: Grilagem e Violência

Lúcio Flávio Pinto

Em 1960, apenas 6,4% da área da Amazônia Clássica (que exclui parcelas de Goiás, Maranhão e Mato Grosso, integrantes da Amazônia Legal para efeito de incentivos fiscais) estava ocupada por imóveis rurais. Duas décadas depois, já sob os efeitos de todos os benefícios concedidos pelo governo a particulares para induzir a ocupação da região, as áreas constituídas em imóveis ainda representavam 11,4% da extensão territorial amazônica e, por sua vez, eram 11,3% do total de imóveis em todo o país (evolução não tão expressiva quanto poderia parecer, já que o Norte tem 40% do território nacional e, em 1960, contribuía com 9,3% das áreas com imóveis do Brasil).

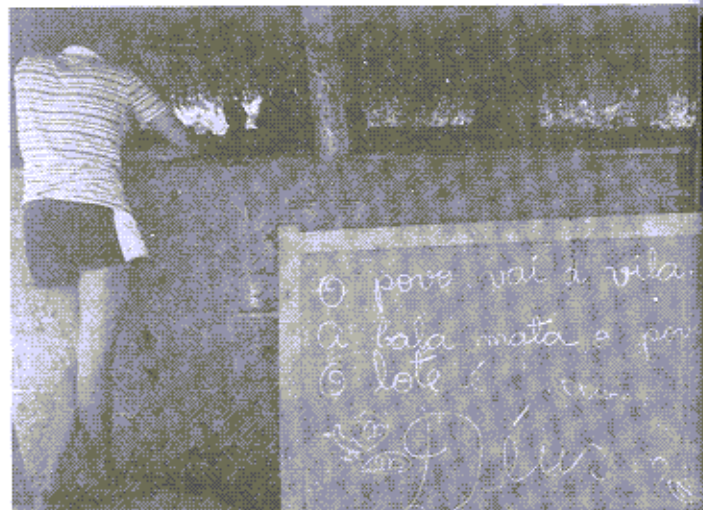
Os imóveis avançam pelas estradas, impulsionados pelo combustível dos favores oficiais. O estado do Amazonas continua um vazio demográfico em seu interior porque a inexistência de rodovias afasta o apetite do lucro. Mas 15% do sul do Pará já foi desmatado porque ali os recursos naturais podem ser transformados em produtos econômicos ou, como ocorre com mais frequência, em instrumento de ganhos financeiros.

Se ainda uma pequena parte da Amazônia está catalogada com o sinete da propriedade, o crescimento do número e da área dos imóveis levou a uma concentração da propriedade mais acentuada do que nas regiões de mais antiga ocupação. O que tem acontecido na Amazônia é o agravamento dos fatores que causam distor-

ções e por isso geram tensão e conflito. Em 1982, por exemplo, o Incri — com base no seu cadastro — divulgou alguns dados interessantes. Em Curralinho, no Pará, um único imóvel ocupava 21% da área do município. Também um só imóvel se estendia por 23% da área de São Miguel do Guamã. E a Jari se dizia dona de uma área que representava 54% do município de Almerim, que tem 11 milhões de hectares.

AMAZÔNIA NÃO É FRONTEIRA DE TERRAS DISPONÍVEIS

Quando conclamou os deserdados da terra de todas as zonas conflagradas no meio rural brasileiro a rumarem para a fronteira amazônica, no início da década de 70, o governo acenava-lhes com a promessa de transformá-

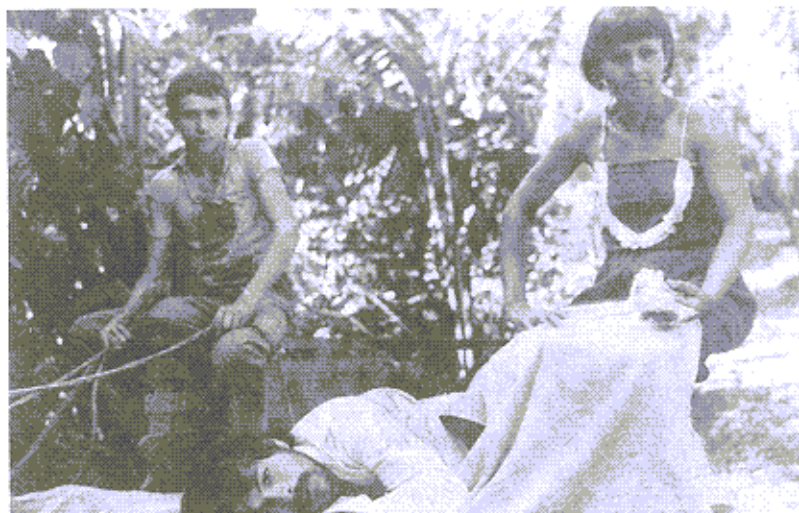


Fotos: João Roberto Ripper/F4



Muitos trabalhadores migraram em busca de um lote de terra na Amazônia: Gleba Caxias do Sul, Linguara (PA).

Os posseiros ou se deslocam para as cidades ou aceitam as perspectivas do conflito.



Pela grilagem das terras devolutas, pela violência, se constroem as grandes propriedades.

os finalmente em proprietários do chão que iriam explorar. Não seria realizada a reforma agrária nas áreas mais valorizadas do país, mas quem optasse pela migração teria a garantia de receber um lote na Amazônia e aliviar-se das seculares formas de aprisionamento à serventia, à parceria, ao arrendamento ou à "meia".

Quase duas décadas depois, a situação real é um violento contraste com a idealização publicitária desencadeada na administração Médici. A Amazônia não é a fronteira de terras disponíveis; ao contrário, aquelas que têm valor, aquelas que podem ser transformadas em mercadoria (porque servidas de infra-estrutura montada pelo governo e amparadas pelos benefícios oficiais), já têm dono, que são poucos e detêm vastas extensões. Não importa como foram formadas essas propriedades: elas recebem legitimação governamental por sua extensão e por quem as possui. As maiores propriedades, conforme as informações cadastrais fornecidas por seus supostos proprietários, têm como base a "grilagem", uma fraude montada em cima de terras devolutas com a convicção do Estado. É o caso dos 4,3 milhões de hectares declarados como seus pela Manasa ou os 2,3 milhões que Pedro Aparecido Dotto cadastrou em seu nome, ambos no Amazonas, ou os 1,6 milhão que a Agropecuária Rio Cajari registrou como propriedade, no Pará.

Na Amazônia de hoje, 50% das terras constituídas em imóveis rurais pertence a 1% dos proprietários, distorção mais grave do que a observada em dimensão nacional. São, em geral, terras improdutivas, reserva para negócios feitos em cartório, barreiras ao assentamento de lavradores atraídos de outras regiões e que, impedidos de

acesso às áreas mais valorizadas (e sub-utilizadas), reduzem-se à eterna condição de posseiros em migração permanente, deslocam-se para cidades e garimpos, ou aceitam a perspectiva do conflito, uma realidade tumultuada e caótica que transformou essas áreas num barril de pólvora exposto a algum rastilho aceso.

EMPRESÁRIO DO SUL, CAPITÃO-DE-MATO NA AMAZÔNIA

O que se convencionou chamar de "sul do Pará" é o mais perigoso desses barris. São aproximadamente 217 mil quilômetros quadrados, onde estão instaladas grandes fazendas, garimpos, mineração, índios e serrarias. Segundo um levantamento feito no cadastro do Incra em dezembro de 1980, havia ali 59 projetos agropecuários, ocupando 4,5 milhões de hectares (tamanho médio das fazendas: 75 mil hectares), mais que o dobro da área do estado de Sergipe.

Como uma estatística empírica estabeleceu que para cada projeto agropecuário há três fazendas (isto é, propriedades não incentivadas diretamente pelo governo), o sul do Pará abrigaria em torno de 250 fazendas de gado. Mesmo considerando-se que elas têm uma área média inferior à dos projetos - Sudam, seria possível concluir que aproximadamente metade da área física dos 217 mil quilômetros quadrados lhes pertence. Mas o processo de "grilagem" permite ir além, criando situações bizarras, como em Conceição do Araguaia, município que possui 2.875.200 hectares, mas no qual estão cadastrados 3.297 imóveis, com 3.002.670 hectares. Falta, portanto, terra para tanta pretensão.

Colidindo com essa realidade há um

fluxo migratório incontrolável. Em 1970 a população da região somava pouco mais de 77 mil habitantes. O censo de 1980 registrou quase 260 mil e as projeções oficiais para 1986 já estão próximas de 500 mil habitantes. Quatro núcleos abertos a partir da metade da década de 70 na principal estrada da região somam, hoje, 150 mil habitantes. A maioria deles é lavrador caçando um lote.

Seria este o cenário ideal para uma reforma agrária? Todos parecem concordar, pelo que dizem e pelo que silenciam. Em nenhuma outra região morre mais gente por causa de disputa de terras, em nenhum outro local foi mais violenta a reação ao Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República. Não foi uma reação do nativo, mas do proprietário que, tendo empresa rural no sul (sobretudo São Paulo), por essa condição imune a desapropriações, no norte montou um típico latifúndio improdutivo, que agride as leis (inclusive a maior, a Constituição) e a realidade fática do local. No sul, aparece como empresário moderno. No norte, é o sécular "capitão-do-mato", convencido de que as regras para amansar a terra e submeter o bugre são imutáveis. A mesma família que deu o presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, a lidima representante desses proprietários, possui, 1,3 milhão de hectares no Pará. Não é mera coincidência.

Com este pano de fundo, dá para entender melhor a Amazônia, que nada tem a ver com a fronteira aberta no oeste norte-americano, mesmo que permaneça uma campanha publicitária buscando comparações.

Lucio Flávio Pinto é jornalista em Belém do Pará.